

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- A reunião teve o seu início à hora marcada, tendo seguidamente sido interrompida, em virtude do Presidente da Câmara ter que se deslocar a Lisboa, onde estava marcada uma reunião com o Senhor Secretário Estado do Turismo para tratar de assuntos que se prendem com a Pista de Remo/Centro Náutico de Montemor. A reunião foi retomada pelas catorze horas e trinta minutos. -----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS:** -----

----- O Vereador, José Marques apresentou justificação da falta à reunião extraordinária do dia vinte e um de Janeiro do corrente ano, que a Câmara aceitou. -----

-----**DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE JANEIRO DO CORRENTE ANO.** -----

----- A acta da reunião extraordinária realizada no dia vinte e um de Janeiro do corrente ano, depois de lida foi posta à votação e aprovada por unanimidade. -----

-----**ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Câmara propôs que fosse incluído para discussão o seguinte ponto:-

----- 4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

----- 4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

----- 3 - Iniciativa Montemor Vila Cultural - Candidatura. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

-----**PROPOSTAS** -----

-----**INFORMAÇÕES** -----

-----**DO PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- **Primeira**- Informou que, no passado dia vinte e oito de Janeiro do corrente ano, tinha tido a reunião no ICERR, em Coimbra com o Senhor Vice-Presidente, Engenheiro Vale onde lhe levou um conjunto de preocupações, que julgava, no momento, mais que pertinentes, nomeadamente, no que respeita aos principais eixos rodoviários que atravessam o Concelho de Montemor-o-Velho. -----

----- Disse ainda que era evidente que existiam muitas vezes competências, em determinadas áreas rodoviárias que não eram intrinsecamente do ICERR, de qualquer maneira iria dar a informação dos pontos que foram tratados com aquele Instituto:-----

----- Em primeiro lugar, uma candidatura que tinha sido aprovada no montante de sessenta mil contos, pelo ICERR face a um total de sessenta e nove mil contos, apresentada pela Autarquia de Montemor para o arranjo da via Lavariz-Formoselha, que no momento estava concluída. A mesma tem trabalhos a mais em cerca de treze mil contos sobre o acto

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

de adjudicação que foram sessenta mil. O pedido tinha sido que, o próprio ICERR assumisse a possibilidade de compensar, ou na totalidade, ou quando muito, até ao valor máximo da candidatura que apresentaram que foi sessenta e nove mil contos. -----

----- Sentiu que, tinha havido abertura por parte do ICERR, na análise do pedido efectuado, podendo haver uma compensação ao Município. -----

----- Outro dos pontos que foi apresentado, foi a questão da Ponte das Lavandeiras e a situação clara em que se encontrava o atraso da obra. Em relação a isso, era claro que a construção da Ponte tinha um atraso de cerca de três meses, o que significava que só possivelmente em Julho estará concretizada. -----

----- Tinha também tido a oportunidade, de confrontar o ICERR, com uma situação que era extremamente delicada para o Concelho de Montemor. Com a manutenção, e nesse caso era bem claro, que pela sua parte como Presidente da Câmara, era perfeitamente contrário à situação, de portagens na A catorze, pensava que era uma má política para a Câmara de Montemor estar a aceitar a municipalização da E.N. cento e onze. Ela já tinha sido concretizada no mandato anterior e naquele momento, considerava isso uma situação negativa. -----

----- Nesse âmbito e nessa reunião, tinha tido a oportunidade clara de levantar aquela questão e desde logo começar a preparar o próprio ICERR, para uma denúncia clara de protocolo, dizendo claramente que aquela situação não podia ser resolvida por aquela via. Em relação a isso, contrapôs de imediato três pontos concretos, que considerava imprescindíveis de resolução, pelo menos um deles, imediata e os outros dois têm também a curto prazo que ser devidamente salvaguardados: Um - Cruzamento de Quinhendros na E.N. cento e onze. O projecto da construção de duas rotundas junto ao cruzamento de Quinhendros estava concluído, tinha sido remetido para Lisboa, para dar sequência a um concurso e à execução. Concurso e execução, que de acordo com a informação que tinha obtido, poderia demorar entre cinco a sete meses. -----

----- A questão que gostava, do seu ponto de vista de sensibilizar a Câmara, era que achava tempo a mais e não iria sequer calar-se, como aliás já o tinha feito junto dos órgãos de comunicação social e já tinha pedido aos serviços que agendassem com o IEP e com o ICOR, duas reuniões em Lisboa, para claramente, demonstrar a sua indignação, o seu repúdio, face aquela situação pois queria passar no mínimo o Verão descansado, quando aumentasse o tráfego naquela zona de Quinhendros, que tem sido fatídica para os munícipes do seu Concelho. Em relação a isso, iria recorrer a exigência absoluta de uma brevidade, em termos processuais e em termos de execução, que não se compadece com

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

o que actualmente se encontra. Por outro lado gostaria de questionar se as rotundas seriam a melhor solução ou a semaforização da zona do cruzamento? -----

----- Relativamente à E.N. cento e onze, foi-lhes solicitado por escrito, a responsabilidade também ao ICERR, pela construção das rotundas ou semáforos da Lavariz, que resulta do encontro da via que já tinha falado que vem de Formoselha até ao cruzamento, bem como outra rotunda ou semáforos no cruzamento de Tentúgal com a via que vem de Pereira do Campo. Aquelas duas rotundas ou semáforos eram mais que necessárias e com a actual afluência de trânsito e garantindo a Câmara que nos máximos dos máximos se responsabilizará por eventuais expropriações de terrenos ali circundantes que parece que até nem serão necessários, irão reeinvindicar a construção dessas rotundas ou semáforos com o máximo de urgência. Portanto, Quinhendros, Lavariz e Tentúgal mas com a ressalva clara de que Quinhendros é prioritário. -----

----- Por outro lado, também gostava de dizer que, tinha estado presente numa reunião na Figueira da Foz com outros autarcas que eram abrangidos em termos territoriais pela próxima A dezassete e que em termos do Concelho de Montemor tocará especialmente na zona de Abrunheira e possivelmente também parte de Verride e que era uma via também importante e que além disso também deviam subscrever totalmente a celeridade daquele processo a forma que também defendiam era que não haja monopólio dentro daquela zona geográfica de concessão de auto-estradas à mesma empresa que acabará por ter uma política monopolista de preços e de taxas de portagens que criticavam mas que lhes eram impostas e julgavam que teria que haver uma transparência clara do processo uma equidade de ofertas e uma resolução do problema em curto espaço de tempo. -----

----- Nessa altura tinha tido a oportunidade de manifestar também ao Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz dois pedidos que muito brevemente os iriam levar a reunir. Enquanto as rotundas ou semáforos de Quinhendros não estiverem construídas e para que possam, não só antes mas depois salvaguardar o tráfego e a passagem de peões naquela zona. -----

----- Julgava que poderiam ser equacionadas duas soluções, que pensava que seriam mais que merecidas para a defesa e segurança quer dos veículos, quer das pessoas: Primeira a de reactivar-se a estrada antiga de Montemor até Santa Olaia para se poder promover o escoamento de trânsito, que vem pela estrada da Ereira e que vai entroncar ou no IP três, ou na antiga cento e onze - Pontes de Maiorca. Far-se-ia pela estrada antiga de Montemor até Santa Olaia e poderiam em simultâneo, requerer que, em termos da A 14 a escapatória que actualmente era feita, antes de Farrestelo, numa zona extremamente

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

melindrosa e perigosa de convulsão, fosse feita no enfiamento do morro de Santa Olaia e fizesse a escapatória directa, ou para aquela via existente que percorriam, para depois entrar na Ereira e ao mesmo tempo promover uma saída directa, para quem quisesse ir pela estrada antiga em direcção a Montemor, EN cento e onze e outras direcções.-----

----- Pensava que seriam duas soluções que salvaguardam a defesa e a diminuição do trânsito na zona nefasta do cruzamento de Quinhendros, bem como, uma outra solução, que lhe parecia que era a mais oportuna e a que menos custos traria no momento, que era a exigência clara, se não for eliminada, a portagem de Montemor, que passasse a virtual e que pudesse promover desde já que o trânsito que actualmente sai naquela saída e que acabado de criticar, na zona de Farrestelo, passasse imediatamente por questões até de custo e de melhor qualidade, sair na zona do Rosmaninhal, tirando todo o trânsito, quer ascendente, quer descendente, do Centro nevrálgico da Vila. -----

----- Para além daqueles pontos, foi discutido também com o Vice-Presidente do ICERR uma outra questão, que estava obscura quanto à responsabilidade e quem de direito, devendo ser feito esse reparo. Tinha protestado veementemente com a situação, que se prende com o cruzamento em Arazede, junto ao cemitério da rotunda que resultou do lanço criado depois da construção da A 14 e da saída no Meco bem como no entroncamento à saída do Concelho de Montemor, para Cantanhede. Aquela continua também a provocar acidentes por falta clara de iluminação, e sinalização. -----

----- Em relação aquele aspecto iriam pedir um Protocolo para que, ou o ICERR, ou a Direcção de Estradas de Coimbra ou ainda quando muito, a Comissão Distrital de Segurança Rodoviária, assumissem a responsabilidade de com brevidade repor uma sinalética e uma iluminação capaz de olvidar a todas aquelas preocupações. -----

----- Outro dos três pontos que foram falados e que iriam remeter aqueles assuntos, para outras entidades prendeu-se com o seguinte: -----

----- A câmara foi confrontada com um pedido de parecer sobre a construção que irá ser imediata e prioritária da via entre Montemor, zona do Rosmaninhal e a Granja do Ulmeiro, a qual não pressupõe ainda a ligação entre Pereira e aquele local. Em relação a isso, o ponto da situação, terá que ser discutido na visita que irá ser feita ao IEP e ao ICOR, os quais poderão dar alguma elucidação sobre a situação de concretização, de uma outra via estruturante que se julga indispensável, não só para a ligação de Montemor a outras zonas, mas fundamentalmente pela preocupação que tinha mais premente naquele momento, que era desafogar todo o trânsito interno dos centros de Pereira, Santo Varão e Formoselha. Sobre isso tinha também tido a oportunidade de numa visita que tinha feito à

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

Comissão de Coordenação da Região Centro, de equacionar, caso a demora fosse longa naquela matéria, que se pudesse vir a equacionar uma alternativa numa variante, a construir na zona de Pereira, que pudesse vir a olvidar nos próximos tempos a situação nefasta, que quando lá passava tem sentido e tem notado, que era extremamente sofredora para aquelas populações. -----

----- O outro ponto que achava pertinente na questão das vias rodoviárias e que o preocupava, era a situação das pontes. Havia no momento, preocupação assistida em três pontes no Concelho de Montemor: a ponte da Ereira no sentido Figueira da Foz - Vila da Ereira; a ponte da Lavariz, situada junto à firma Moisés Correia de Oliveira e a Ponte de Formoselha. Quer junto da Direcção Regional do Ambiente, que lhe parecia serem as entidades responsáveis, quer pela ponte da Ereira, quer pela da Lavariz, quer junto de outras entidades no que respeita à ponte de Formoselha, iria fazer seguir na próxima semana, um pedido de vistoria obrigatório dos pilares dessas pontes, sobretudo em relação às duas primeiras. Havia manifestamente a situação de preocupação agravada, por algumas informações que lhe têm chegado e que lhes permite que estejam preocupados, na defesa, segurança e protecção dos habitantes do nosso Concelho e não só. Todos aqueles que por ali têm que passar e que de uma ou de outra forma venham a ser confrontados com situações delicadas. -----

Foram aqueles os pontos fundamentais da reunião com o ICERR e para o qual estavam a dar sequência e fundamentalmente, iriam obter sobretudo a preocupação do cruzamento de Quinhendros, das pontes e da concretização da sinalização e iluminação da rotunda de Arazede. Estes eram os pontos que naquele momento na agenda lhe pareciam ser os mais prementes. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Segunda** - Informou que, tinha tido uma reunião com o embrião daquilo que iria ser a futura Associação Comercial e Industrial de Montemor-o-Velho. Houve um pedido claro de uma Comissão Instaladora, que no momento, estava a proceder às demarches iniciais para a constituição daquela Associação, que se reuniu nos Paços do Concelho, no sentido de solicitar três pontos de apoio, os quais julgava que eram vitais e que achava antes de mais, que era necessário saudar aquele espírito associativo e o objectivo com que um grupo de cidadãos do Concelho, procurava de uma forma local sem paternalismos ou qualquer ligação a outras entidades, que muitas vezes em termos do distrito mais se preocupam com a cidade de Coimbra do que propriamente com o resto dos outros Concelhos. Julgava que era de saudar aquela iniciativa bem como apoiá-la. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- Dentro desse tipo de apoio, que potencialmente se poderá vir a dar, foram requeridos os seguintes aspectos: primeiro - a hipótese da disponibilidade de um espaço físico, que não precisa de ser muito grande, bastavam duas salas, numa primeira fase, que lhes permitisse não só reunir, naquela fase de constituição, como também criar algum suporte administrativo, da parte dos interessados, para poderem começar a completar e a suportar todo aquele objectivo. Foi-lhes dito que, dentro de uma semana, ou duas, poderiam apresentar uma proposta concreta, sobre um espaço, onde pudesse vir a funcionar aquela Associação. -----

----- Foi também pedido apoio, para a distribuição do primeiro mail, para os comerciantes, industriais e profissionais liberais, que numa primeira fase fossem chamados a um plenário para discussão, quer da forma organizacional, jurídica com que se formaria toda aquela estrutura associativa. Em terceiro lugar, foi pedido apoio financeiro, no sentido de olvidar, os custos iniciais de arranque e à constituição propriamente dita, quer do ponto de vista estatutário, quer de legalização. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **Terceira** - Informou que, tinha estado nessa manhã em Lisboa numa reunião com o Secretário de Estado do Turismo, Dr. Victor Neto, com quem teve oportunidade de trocar impressões, sobre os apoios que o sector do Turismo e a Secretaria de Estado, poderão vir a dar ao Centro Náutico de Montemor/Pista de Remo. -----

----- Gostaria de deixar patente, o gosto pela forma, como o Secretário de Estado o tinha recebido, a maneira como abertamente discutiu alguns pontos e sobretudo a forma clara com que o mesmo, embora diga que estava em final do mandato subscrevia o apoio integral aquele projecto. Tinha dito claramente que estava intrinsecamente satisfeito com o projecto e que iria dentro das suas possibilidades, não se considerando uma área prioritária, mas muitas vezes considerada residual dessas matérias e que acabava por ser potenciada em área privilegiada para aqueles contactos. Disponibilizou-se para já a participar com cem mil contos naquele projecto e ficou de nos próximos dias, formalizar com os seus serviços jurídicos, toda a tramitação processual, que irá conduzir no sentido de aquele apoio ser atribuído através de um programa baseado numa legislação de enquadramento, que irá possibilitar aquela candidatura que se irá beneficiar. A medida chama-se PIQTUR, foi publicada recentemente através de uma Resolução do Conselho de Ministros número doze de Janeiro de dois mil e dois. Irá ser pago directamente pelo Fundo de Turismo. Tinha conseguido saber junto do Secretário de Estado que aquele financiamento, viria via

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

concessão de jogo, dada em exploração às concessionárias, nomeadamente a que existe na Figueira da Foz.-----

----- De acordo com o que existe na Legislação, terão que ser pertinentes naquela matéria, porque a própria política dentro daquela área, se calhar tem sido muitas vezes escamoteada, pelos executivos anteriores, e onde teriam que estar mais atentos e sobretudo mais interessados, em poder criar candidaturas, que dentro do Sector do Turismo e da Animação Turística possam beneficiar o Concelho. -----

----- Em sumula, aquele montante de cem mil contos, não era possivelmente um montante definitivo e tinha feito um convite ao Senhor Secretário de Estado, independentemente da situação que resulte de dezassete de Março das eleições legislativas para visitar Montemor, ou em termos pessoais ou em termos oficiais, convite que tinha sido aceite. -----

----- **Quarta** - Lembrou ainda os acontecimentos do dia vinte e sete de Janeiro do ano transacto (as inundações), tendo havido na Câmara Municipal, uma reunião formal no passado dia vinte e sete (Domingo), na qual estiveram os Órgãos Autárquicos, o Concelho Municipal de Segurança, pessoas ligadas a várias entidades, onde a discussão fundamental, foi a Protecção Civil no Concelho, a Segurança e sobretudo evocar vinte e sete de Janeiro, como uma das muitas datas que se poderia ter evocado, ao longo daqueles nefastos meses de Dezembro e de Janeiro de dois mil, data que ocorreram as malogradas cheias que prejudicaram grande parte do Concelho. Agradecia o apoio que tinham tido naquela altura, de todos os órgãos, e informava a Câmara, que iria seguir brevemente para o Governo, quer ao Primeiro Ministro, quer aos Ministros das Tutelas, sobre as áreas mais ligadas à Protecção Civil e à Segurança, as principais conclusões que tinham sido obtidas e apresentadas, nomeadamente quatro pontos: a reeinvindicação de um Centro de Socorro para o Baixo Mondego, sediado em Montemor, a concretização de um observatório de cheias também no Concelho de Montemor, a conclusão o mais imediata possível de todas as indemnização ainda não efectuadas, junto quer de entidades, quer de agricultores, quer de comerciantes, quer de privados e finalmente a questão fundamental que também era muito importante que era a conclusão global da obra hidroagrícola do Baixo Mondego, com prioridade, aos rios Ega, Pranto, Arunca e Foja. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- DO VEREADOR EMIDIO FIDALGO -----

----- **Primeira** - O Vereador Emidio Fidalgo, informou que, queria prestar alguns esclarecimentos relativamente à estrada nacional cento e onze, nomeadamente, a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

rotunda de Quinhendros. Pelo que julgava saber, a estrada cento, e onze seria entregue à Câmara Municipal, depois de uma série de pressupostos que estavam enlencados num protocolo. Tudo quanto julgava saber, aqueles pressupostos não estavam terminados, dado que a rotunda de Quinhendros era de facto uma rotunda que fazia parte da obra e julgava que há seis anos que se mantinha "o faz-se assim, ou de outra maneira" e tudo se continuava na mesma apesar das mortes etc., etc. -----

----- Por isso, a Câmara não devia assumir aquela estrada e da mesma forma que julgava estar no protocolo, que só seria entregue depois da auto-estrada estar terminada. Todos aqueles pressupostos, estavam realizados, nomeadamente a rotunda, sendo sua opinião que a Câmara devia fazer todos os esforços, no sentido de não receber aquela obra, enquanto aquilo tudo não estivesse formalizado.-----

----- Eram actos que tinham sido feitos, protocolos assinados, pensando que já tinha demorado tempo de mais, para que as coisas se resolvessem tanto de uma parte, como de outra.- -----

----- Em relação às outras rotundas, nomeadamente a da Lavariz, achava que era interessante aquela rotunda e já vinha com um prisma diferente, com outra estrada que iria para Formoselha e achava que tudo isso seria interessante. -----

----- Em relação a Arazede, achava que deveria ser feita uma grande remodelação, não só na rotunda de Arazede, junto ao cemitério como na outra confluência com Cantanhede, quase no limite do Concelho, porque houve algumas manifestações e a Câmara na altura tinha tomado algumas iniciativas, após a população de Arazede se ter reunido, pensando que o tratamento que tinha sido dado pelas Instituições Oficiais, nomeadamente o ICERR, não tinha sido o mais adequado. -----

----- Por outro lado, achava que aquela rotunda, teria que levar um tratamento muito grande, junto do cemitério, porque independentemente da forma como a mesma possa vir a ser feita, havia ali velocidades tremendas e qualquer que fosse a sinalização, ela não iria resolver os problemas, porque havia pessoas, principalmente no Verão que passavam a direito. Aquele sitio, requer um estudo muito forte e a outra rotunda era uma coisa perfeitamente anárquica. -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----**DO VEREADOR VICTOR CAMARNEIRO**-----

----- O Vereador Victor Camarneiro informou que, em primeiro lugar, iria fazer uma referência e um elogio aos serviços, face à intervenção rápida que tinham feito, em relação à salvaguarda dos perigos eminentes de derrocada do Solar dos Alarcões. No seguimento

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

do que tinha sido dito na última reunião de Câmara, efectivamente passado um dia ou dois, os serviços tinham actuado com eficiência, tinham feito o que tinham a fazer e muito bem, e isso era sempre de elogiar, porque nem sempre se estava habituado, a que em qualquer sitio se trabalhe com tanta celeridade e tanta eficácia. -----

----- Por outro lado, gostaria de acompanhar as preocupações do Presidente da Câmara relativamente às questões, quer da portagem da A 14, embora devesse recordar que aquelas soluções já tinham sido propostas anteriormente e aliás achava que se o Presidente e a actual maioria se vão confrontar com aquelas dificuldades de diálogo, ou pelo menos, de eficácia resultante do diálogo entre a Câmara Municipal e as Entidades que tutelam aquele tipo de situações, a Brisa naquele caso.-----

----- Aquela proposta, já tinha sido feita anteriormente, no sentido das portagens serem virtuais. Quando se dizia que a Câmara não devia aceitar a municipalização da E.N. cento e onze, ele pessoalmente achava precisamente o contrário. Aquela era a forma de pressionar quem de direito para que as portagens, fossem virtuais, porque só poderá haver portagens quando há uma via que funcione como alternativa às auto-estradas. Ora, se a via cento e onze for municipal, ela não pode ser considerada como alternativa pelo ICERR, ou pela Brisa, ou seja por quem for. O que quer dizer, que isso reforça ainda mais a capacidade de reivindicarem que não haja portagens, ou que pelo menos, sejam virtuais e pague quem pagar. Aquela era uma posição que julgava que valia a pena discutir, porque se afinal de contas ficarem com a cento e onze, poderão sempre dizer que as portagens existiam e tinham toda a legitimidade, porque existia uma via que era a cento e onze alternativa à auto-estrada. Por isso, devia-se reflectir bem e ponderar os aspectos positivos e negativos. -----

----- Por outro lado, pensava que já havia uma decisão, no sentido de a estrada ser desclassificada, aliás já o tinha sido há muitos anos. Só se houvesse um recuo e voltassem a valorizar aquela estrada e melhorá-la, mas não sabia como, porque a mesma tinha sido transformada numa estrada citadina, urbana, com semáforos, com um conjunto de impedimentos, que não funciona como alternativa à auto-estrada.-----

----- No tocante às rotundas, pensava que a Câmara iria continuar a confrontar-se com aquilo que a anterior Câmara se tinha confrontado. O projecto já existe há muitos meses e toda a gente sabe disso. Além do estudo, existia a promessa do projecto. A conclusão deste projecto não tinha sido tão célere como se pensava, mas era como a questão do protocolo, do contrato-programa da pista de remo, como aquele compromisso que foi dito ou reafirmado ao Presidente da Câmara, o apoio do turismo para o Centro Náutico e que já

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

existia aquela promessa, mas a verdade é que as coisas não andavam e sinceramente tinha dúvidas, que não havendo uma posição de força e havendo mesmo, a mobilização dos agentes concelhios e aí iriam acompanhar e seriam solidários implicados, com toda a força naquela reivindicação e portanto dificilmente sobreverterão ou alterarão os "timings" para a conclusão do projecto. -----

----- O que se passava era que, em relação ao cruzamento de Quinhendros e que o Director de Departamento sabia disso, já tinha havido muitos projectos, muitas ideias era como a via rápida de Taveiro até Montemor. Já tinha havido muitos projectos, muitas ideias etc. e estavam todos ali naquele "joga, joga" que muitas vezes colocavam os autarcas em embaraços. Estavam convencidos que as coisas tinham um "timing" de execução, e nem sempre isso se concretiza, daí também que consideravam que era importantíssimo a resolução do problema de Quinhendros. As proposta que tinham sido ali sugeridas como paliativo, até à resolução do problema, eram muito interessantes e tinham bom senso, da mesma forma que julgava que em Pereira, o arranjo da estrada do campo entre Pereira e Casais seria uma solução perfeita, para por exemplo, esvaziar o tráfego que passava dentro daquela Vila, pois todo o tráfego nunca lá entraria naquela via, desviando-se naturalmente. Um paleativo fácil de resolver e que daria acesso a Coimbra, com todas as possibilidades e demarches que tinham sido feitas, as informações que ali tinham sido passadas, da mesma forma que o apoio incondicional à construção da A dezassete. Aliás para Montemor, aquela auto-estrada a construir-se, seria uma mais-valia importantíssima, porque não havia duvida nenhuma, que numa viagem para Lisboa, ou para Norte ou Sul, não interessava, teriam ali uma escapatória fantástica, um acesso privilegiado. -----

----- Estavam também naquela guerra e concerteza iriam acompanhar o esforço que o Executivo iria levar a cabo.-----

----- Gostaria também de saudar o esforço da futura Associação Comercial e Industrial de Montemor-o-Velho e manifestar o apoio, pelo menos a sua vontade de apoiar quaisquer iniciativas que a Câmara venha a fazer, embora devesse fazer um pequena alerta: era preciso terem consciência, que o tecido comercial e industrial do Concelho de Montemor, irá precisar de um grande apoio para fazer figurar uma Associação. Toda a gente sabia disso, houve experiências por exemplo, em Cantanhede, que primeiro, tinha havido um processo de Associação com a Associação Comercial e Industrial de Coimbra e não era fácil, pois exigia-se um Clube de Empresários etc. -----

----- Achava que todo o apoio devia ser passado, mas melhor do que fornecer alguns meios, para sustentar a iniciativa deles, era comprometer algumas das iniciativas que a

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

Câmara Municipal haveria de levar a cabo, designadamente, a Feira Comercial e Industrial, a Feira das Actividades Económicas, enfim, passar-lhes algumas competências também para que os mesmos possam viver de uma situação de subsidiariedade e também mostrarem aquilo, que valiam em termos de auto-sustentação e autofinanciamento.-----

----- Disse ainda que, para concluir, queria referir ainda dois aspectos: talvez de carácter político, um deles, a registar que, dali a quatro dias, faziam um mês em que tinham tomado posse e continuavam à espera, enquanto oposição de ter a indicação de quais as condições com que poderiam contar, para exercerem o seu direito, de espaço, de acesso a algum tipo de informação etc.-----

----- No outro dia, a reunião entre todos, não pôde ser realizada, até aquele momento não tinha sido marcada, nenhuma outra, e gostariam que isso fosse agendado, senão tratariam em reunião de Câmara, o que não lhes pareceria adequado e num contexto importante.-----

----- Outro reparo e que era admissível, era que tinha sido confrontado com o facto de não ter assistido a uma reunião em Pereira, para a qual supostamente o teriam convidado. Não recebeu informação nenhuma, não sabia de nada e em Pereira o que lhe disseram foi que tinham feito um convite ao Presidente da Câmara e à Vereação, para uma sessão do aniversário de um Clube, ou Grupo Musical.-----

----- Apenas queria chamar a atenção de que, não tinham recebido qualquer informação e gostaria que em casos semelhantes, tivessem conhecimento, para pelo menos poderem estar ou não e justificar eventuais ausências.-----

----- Para terminar e relativamente à sessão que o Senhor Presidente tinha falado sessão do dia vinte e sete de Janeiro, sobre as inundações, naquele dia não tinha manifestado a sua opinião, pois estava bastante doente e quase sem voz, mas gostaria de dizer que, por um lado, considerava a iniciativa válida, por outro lado, tinha ficado decepcionado, pois a mobilização que tinham podido observar, não tinha correspondido do seu ponto de vista, ou pelo menos não tinha tido a adesão quer dos comerciantes, quer dos principais interessados como o problema das inundações que realmente esperava.-----

----- Além disso, tinha também ficado surpreendido pelo facto de algumas pessoas que estiveram envolvidas em todo aquele processo, e com responsabilidades em cargos decorrentes da Protecção Civil, terem assumido ali posições e serem pessoas que nunca denunciaram nada. Vieram ali a denunciar tudo estranhamente, porque o mundo não se muda de repente, tem-se história, ética e uma série de coisas.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- Para concluir, gostaria de solicitar ao Presidente da Câmara, enquanto responsável pela Protecção Civil, que numa melhor oportunidade, pudesse fornecer-lhes a regulamentação, legislação ou o que houver sobre Protecção Civil, pelo menos aquilo que era obrigatório, para que pudessem também, com alguma preocupação pedagógica, aprender o que estava inerente àquelas tarefas e poderem caso tenham habilitade, também apoiar o que irá ser feito e inclusive sugerir algumas coisas.-----

----- Seguidamente interveio o Presidente da Câmara para dizer que, o Plano de Emergência do Concelho de Montemor, tinha sido aprovado na semana anterior e tendo conhecimento através Comissão de Protecção Civil Nacional, que em breve iriam ter o texto global, mas aquele documento era o que tinha sido ali colocado em causa e equacionado. -----

----- Quanto à mobilização das pessoas, apenas tinham sido convidadas os membros que constituíam o Conselho Municipal de Segurança dos órgãos Autárquicos, em vigência. Era uma reunião, embora pública, mas limitada, para haver uma participação mais activa de um órgão, que tinha sido empossado em Setembro de dois mil e que nunca tinha tido hipótese de se manifestar, nem de trocar impressões a qualquer sentido, relacionado com o que se tinha passado, pelo que participação existente tenha sido reduzida aqueles mesmos agentes.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----DO VEREADOR PEDRO MACHADO-----

----- O Vereador Pedro Machado informou que, na próxima segunda-feira dia quatro do corrente mês iria decorrer uma iniciativa que tem a ver como Dia Nacional das Zonas Húmidas, na perspectiva do Ambiente, Reservas Naturais etc. Era uma iniciativa proposta pelo Instituto de Conservação da Natureza e irá ser dirigida às Escolas. -----

----- Mais informou que aquele iniciativa irá decorrer pelas dez horas, no auditório da Escola Profissional e convidava toda a Câmara a estar presente para uma intervenção inicial, seguida depois pelos elementos da EPM e já com o convite aos alunos daquela escola.

----- Numa segunda fase previa-se que pelas catorze horas e trinta minutos na sala de audiências da Câmara Municipal haverá a abertura de uma exposição de carácter pedagógico e para os alunos do primeiro ciclo da Freguesia de Montemor-o-Velho.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----1.-DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL-----

-----1.1. -DIVISÃO ADMINISTRATIVA -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- 1.1.1.- SECÇÃO DE APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS E ARQUIVO.-----

----- 1- DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO REGIMENTO. -----

----- Pelo Presidente da Câmara foi apresentado para discussão e aprovação do Regimento da Câmara Municipal (documento anexo à presente acta sob o número um).----

----- A Câmara tomou conhecimento e após discussão e análise do Regimento da Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o mesmo com algumas alterações entretanto introduzidas e que consta como documento anexo à presente acta sob o número um.-----

-----TOMOU PARTE DA REUNIÃO A PARTIR DESTE PONTO O VEREADOR ABEL GIRÃO.-----

----- 2- ACORDO A ESTABELECEER ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO E O CLUBE DE CAÇADORES DA- CARAPINHEIRA. -----

----- O Presidente da Câmara informou que o Clube de Caçadores da Carapinheira tinha tido conhecimento da desactivação dada pela Câmara Municipal, aos depósitos de água, situados no lugar da Ferreira, Freguesia de Carapinheira, constatando o seu abandono e degradação, pelo que solicitavam as referidas instalações para as recuperar, restaurar, fazendo a sua manutenção, transformando-as num espaço de reunião e convívio para os Associados do referido Clube. -----

----- Nesse sentido, deu conhecimento do Acordo de cedência de utilização de terreno, a estabelecer entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e o Clube de Caçadores da Carapinheira (documento anexo à presente acta sob o número dois).-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Acordo de cedência de utilização de terreno a estabelecer entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e o Clube de Caçadores da Carapinheira .-----

----- 3- ADESÃO À AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL----- ----- PARA O SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA REGIÃO CENTRO. ----

----- Foi presente um ofício da Comissão de Coordenação da Região Centro, a convidar a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, a participar na constituição de uma Sociedade Anónima, sem fins lucrativos, enquadrável na legislação aplicável às Agências de Desenvolvimento Regional, cujo objecto é desenvolver um Sistema de Informação para a Região Centro.-----

----- Nesse sentido, esta Autarquia devia manifestar por escrito, a sua vontade de adesão até ao próximo dia vinte e oito de Fevereiro do corrente ano, cabendo-lhe uma participação accionista de sete mil e quinhentos Euros, valor encontrado por aplicação de

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

uma taxa sobre o valor global do capital social do grupo Autarquias, equivalente ao percentual da população do Concelho, na região referida nos Censo dois mil e um. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o processo de pré-adesão, esperando e aguardando que dentro dos próximos tempos seja fornecida formalmente à Câmara Municipal toda a documentação de suporte que possibilite aos órgãos Municipais (Câmara e Assembleia Municipal) uma tomada de posição definitiva.-----

----- 1.1.2. - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 65º DA LEI Nº --
----- 169799, DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES-----
----- INTRODUIZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE
----- JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação com a relação das faltas e férias dos funcionários nos termos da legislação acima citada, no período compreendido entre dois e vinte e nove de Janeiro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número três). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA.-----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA-----
----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES --
----- INTRODUIZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE
----- JANEIRO. -----

----- Foi presente uma relação das autorizações de despesas efectuadas entre o dia vinte e seis de Dezembro de dois mil e um e trinta e um de Janeiro de dois mil e dois do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número quatro), a dar cumprimento ao número um, dois e três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA -----

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria, relativo ao dia trinta e um de Janeiro do corrente ano, acusando um saldo para o dia seguinte, em Operações Orçamentais de oitocentos mil seiscientos e setenta e cinco euros e trinta e sete cêntimos e em Operações de Tesouraria de duzentos e um mil e três euros e catorze cêntimos. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade concordar com o referido Resumo Diário, e respectivos valores apresentados. -----

----- 3- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS AOS SERVIÇOS SOCIAIS DOS -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-
O-VELHO. -----

----- O Presidente da Câmara, propôs a atribuição de subsídio aos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, no valor de nove mil duzentos e treze euros e dezassete cêntimos, ou seja um milhão, oitocentos e quarenta e sete mil e setenta e cinco escudos, para fazer face às despesas do mês de Dezembro. -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara para dizer que, como se sabia os Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara, apresentam ao executivo que aprova mensalmente as condições de apoio. Julgava contudo, que era necessário terem uma reunião com a Direcção dos Serviços Sociais dos Trabalhadores. Naquele caso, não tinha nada a opor e tinha colocado também aos Vereadores aquela posição, dado que decorria do exercício de dois mil e um, em que as condições de funcionamento deviam ter sido acertadas, quer do ponto de vista estatutário, quer do ponto de vista funcional, com o executivo anterior. Pensava que, em relação ao corrente executivo, gostaria de afinar alguns aspectos de funcionalidade e de responsabilidade. Dentro desse âmbito, esperava brevemente fazer uma reunião com a Direcção dos Serviços Sociais e reequacionar alguns aspectos, que pareciam ser fundamentais para que houvesse uma maior transparência, no sentido de uma maior eficiência, por um lado dos serviços, por outro lado, de uma maior racionalidade de gestão, que lhe parecia que teria que haver. -----

----- Não iria por em causa os direitos que assistiam aos trabalhadores, mas sim equacionar patamares e hierarquias de prioridades em que aqueles mesmos trabalhadores possam a vir usufruir da parte da Autarquia, os maiores apoios e dos incentivos que considerava úteis e indispensáveis. -----

----- Seguidamente tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro para dizer que, sabia que os Serviços Sociais, eram uma Associação como outra qualquer, apesar das confusões que tinha havido no passado e tinha sido obrigatório deixarem se ser Serviços Sociais como funcionavam anteriormente e passaram a ter outro regime jurídico. -----

----- Gostaria se possível, que numa próxima oportunidade lhes fossem fornecidos os Estatutos dos Serviços Sociais para perceberem e poderem conversar sobre o assunto e também desafiar os próprios Serviços, a fazerem mais do que aquilo que fazem. Não serem só uma Associação de "socorros mútuos", mas também poderem ter uma dinâmica um bocado diferente. Podem ser um excelente parceiro e um excelente contributo, para a credibilização da própria Autarquia. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- Queria referir ainda que houve pessoas que tinham beneficiado de centenas de contos, sendo este um direito que era preciso moralizar um bocadinho... -----

----- Após estes considerandos, a Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade atribuir um subsídio aos Serviços Sociais dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, no valor de nove mil duzentos e treze euros e dezassete cêntimos, ou seja um milhão, oitocentos e quarenta e sete mil e setenta e cinco escudos. ----

4- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS AOS SERVIÇOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR- O-VELHO, PARA FAZER FACE ÀS DESPESAS COM A FESTA DE NATAL DE 2001. -----

----- Foi presente uma informação dos serviços a informar que em reunião de Câmara de trinta e um de Outubro de dois mil e um, tinha sido deliberado "comparticipar com trinta por cento, dos gastos com o jantar de Natal de dois mil e um, valor situado entre os quinhentos e os seiscentos contos"; -----

----- Mais informavam que, o valor total das despesas com a Festa de Natal de dois mil e um, foram de onze mil seiscentos e cinquenta e quatro euros e oitenta cêntimos (dois milhões trezentos e trinta e seis mil quinhentos e setenta e sete escudos). Trinta por cento deste valor são três mil quatrocentos e noventa e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos (setecentos mil novecentos e setenta e três escudos), o que ultrapassa em quinhentos e três euros e sessenta e cinco cêntimos (cem mil novecentos e setenta e três escudos), o valor máximo da comparticipação deliberada. -----

----- Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro para dizer que, havia um momento para tudo. Havia um momento, para encerrar os capítulos anteriores e havia um momento para iniciar novos capítulos. A sua opinião era que, a Câmara a exemplo do que tem vindo a fazer encerrasse aquele capítulo e assumisse aquele custo devendo dali para a frente abrir-se um novo capítulo. -----

----- Seguidamente interveio o Vereador Emidio Fidalgo, para dizer que, independentemente de estarem todos de acordo, em que se encerrasse um novo capítulo, que para o futuro se exigisse aquele tipo de orçamentos, mais atempadamente e para que se pudesse criar um juízo de valor mais atempado, porque no fundo, eram confrontados com situações alguns meses depois. Os orçamentos deviam ser feitos de uma forma mais rígida e apresentados, nomeadamente à Autarquia. -----

----- Interveio o Vereador Pedro Machado para dizer que, tinha estado presente no jantar de Natal. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- Era evidente que, os montantes ali apresentados, ultrapassavam claramente aquilo que era o preceituado e o compromisso assumido pelo anterior executivo. Concordava que fechando aquele capítulo, como já tinha sido feito em relação aos acidentes das viaturas e outras questões que já tinham sido levadas a reunião de Câmara, pensava que a Câmara tinha que tomar ali aquela posição de por uma lado fechar aqueles episódios; em segundo lugar exigir racionalidade de custos e impor alguma moralidade daquilo que era a gestão dos dinheiros públicos e repensar provavelmente a estratégia e definir já à partida, regras claras para o funcionamento do presente ano em curso. -----

----- Estava-se apenas em Fevereiro e muito a tempo ainda de prever possíveis gastos futuros, definindo regras antecipadamente. Parecia-lhe que a medida que o Presidente da Câmara iria tomar, de reunir com os responsáveis pelos Serviços Sociais, não no sentido de os chamar à coacção ou de os chamar por causa dos gastos que tinham sido efectuados, mas numa atitude pedagógica e moralizadora, de evitar que num futuro próximo se viessem a passar situações como aquela, atendendo até mesmo, não sendo eles o Município com a disponibilidade e com a saúde financeira que provavelmente todos teriam que ter mas sendo eles, o município como parte de recurso, obviamente, quando se era exigido contenção, deveria ser a todos os níveis, pois não podiam ser uns por um lado a apostar e outros por outro lado a gastar. Portanto, aquela lacidez de gastos, teria que ser naquele caso bastante apertado, até para o efeito de exemplo de outros serviços.-----

----- Em relação a isso, achava que o Presidente da Câmara iria tomar a atitude correcta, de rapidamente confrontar quem de direito, para que se estabeleçam regras e princípios, mas simultaneamente, concordava que mesmo prejudicando a deliberação do executivo anterior, que aquele capítulo se fechasse porque não fazia sentido, continuarem a prolongar ou estar naquela fase, até porque já não havia hipótese de reavaliar facturas e muito menos, pedir às pessoas que estiveram no jantar, (incluindo ele próprio) que fizessem a devolução do consumo que tinham efectuado. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no valor global de três mil quatrocentos e noventa e quatro euros e quarenta e quatro cêntimos (setecentos mil novecentos e setenta e três escudos). -----

----- **5- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS BOMBEIROS**----- ----- **VOLUNTÁRIOS DE MONTEMOR-O-VELHO.** -----

----- O Presidente da Câmara informou que, tinha tido a oportunidade de efectuar uma reunião com a Direcção dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, tendo manifestado a preocupação de encetar no presente executivo, uma aproximação clara à

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

Associação Humanitária, no sentido de cada vez mais em conjunto, operacionalizarem aquela força, que, tal como tinha sido ali registado no passado Domingo, era uma força prioritária da Protecção Civil, para dar condições e segurança, para que possam ter em parceria, com aquilo que actualmente era um elemento fundamental, que era a segurança de bens e de pessoas numa sociedade moderna, para que tenham a garantia de que a funcionalidade e operacionalidade daquela estrutura, era algo clara e que não deixava ninguém preocupado. -----

----- Era evidente que, a Associação estava e tinha vindo a ser apoiada, através de um Contrato-Programa que terminou no dia trinta e um de Dezembro findo, em que lhes era dado um apoio financeiro, na ordem dos mil e quinhentos contos. -----

----- Por outro lado, foi discutido dentro da perspectiva daquela operacionalização e dentro daquele âmbito, estando já marcado para o dia seis de Fevereiro, uma reunião com o Secretário de Estado da Administração interna, Dr. Carlos Zorrinho, uma reunião em Lisboa, onde Câmara e Bombeiros, irão apresentar ao Secretário de Estado, um conjunto de preocupações, algumas delas também, herdadas do passado, sobretudo para a conclusão efectiva dos investimentos que decorreram ainda das enchentes de Janeiro do ano transacto e que tinham levado à apresentação de candidaturas de trabalhos de natureza simples e que até ao momento tiveram toda a comparticipação praticamente resolvida por parte do Estado e que no momento ainda comportavam algumas dificuldades para o qual a própria Associação se estava a debater e que se elevavam a cerca de seis mil contos. -----

----- Fundamentalmente aquela reunião, irá também ser alvo da apresentação de uma candidatura a um Grupo de Intervenção Prioritário, dentro da estrutura dos Bombeiros em Montemor e poderá vir a garantir vinte e quatro, sobre vinte e quatro horas, uma disponibilidade efectiva, de um grupo operacional que dará sobretudo, ao responsável da Protecção civil, alguma salvaguarda e ao mesmo tempo algum crédito, que já tinha sobre aquela Instituição e que será devidamente reforçado. Dizia que todo aquele conjunto de preocupações, também lhe tinham trazido outra a acrescentar aquelas que tinha acabado de elucidar e que se prendia com o seguinte: actualmente aquela instituição não era composta só com as três secções que vigoravam em Montemor, tinha também uma Quarta secção, destacada em Arazede que tem sido de uma certa maneira, uma enteada dentro de todo aquele processo. Tem sobre a sua jurisdição um espaço geográfico, que só por ele, quase que merecia em comparação com outras estruturas geográficas do distrito, o espaço de um Concelho e que merece sem dúvida ser olhada. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- Aquilo tudo para dizer que, propunha a atribuição, com efeitos imediatos a partir de Janeiro do corrente ano e até regularizarem toda aquela situação num conjunto de um acordo, que resultará daquelas reuniões que irá ter, quer com o Secretário de Estado, quer depois ultimando, com a própria Direcção dos Bombeiros, uma actualização do subsídio dado até aquele momento de mil e quinhentos contos. Fazia uma proposta global de actualizar aquele montante a uma taxa de cinco por cento ao ano, nos dois anos que não foi atribuído e ser complementado com um apoio suplementar de mais trezentos e cinquenta mil escudos, dizendo respeito prioritariamente à Quarta secção em Arazede.-----

----- O que em sumula propunha, era a atribuição de um subsídio mensal de dois mil contos. Pensava que aquela estrutura e aquele valor, desde que devidamente participado em parceria com a candidatura que iriam apresentar na Secretaria de Estado da Administração Interna, ia garantir sem sombra de dúvidas, condições de disponibilidade de recursos humanos e de operacionalidade, que ainda ficarão e nisso falava com algum conhecimento porque já tinha estado na Direcção daquela casa, ainda aquém, de alguns equipamentos que julgava, que em parceria com o Serviço Nacional de Bombeiros e com outras instituições, a própria Associação de Montemor, deverá pautar-se por vir a obter, deixando contudo também ali uma ressalva. Se for possível em termos anuais, em fins de gestão de cada ano, que deviam consubstanciar, para além da operacionalidade que efectivamente iriam testar ao longo dos meses que se seguiriam. Julgava que haveria todo o interesse, em que a Autarquia, pontualmente, pudesse se as suas disponibilidades financeiras o possibilitarem vir a evidenciar, com a participação na aquisição ou na oferta, de determinado tipo de equipamento que consideravam imprescindível. Lembrava o que no Domingo passado ali tinha dito, que tinham um conjunto de oferta do ponto de vista negativo, situações fragilizadas e perigosas no Concelho, que passavam por unidades fabris delicadas, centros históricos perigosos, estabelecimentos escolares, muitas vezes não inspeccionados, edifícios públicos degradados e antigos, zonas de confluências de vias de auto-estradas e IP com municipais, vias fluviais sem ancoradouros, sem gestão, havia ali todo um conjunto de preocupação, que não ganhavam nada em "meter a cabeça na areia".-----

----- Independentemente disso, a situação vigente actualmente no Município, não era de desafogo financeiro. A própria estrutura da Associação, tinha consciência disso e portanto teria que ver que era um grande esforço que se iria fazer, passando dos dezoito para vinte e quatro mil contos, com que iriam compartilhar a funcionalidade daquela Instituição.-----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- Em sumula, propunha a atribuição de dois mil contos por mês à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho. -----

----- Seguidamente interveio o Vereador Victor Camarneiro para dizer que, primeiro, queria manifestar o seu apoio, em relação àquela medida. Em segundo lugar, deixava o desafio para que a Câmara pudesse avaliar algumas das colaborações que eram normalmente "exigidas" aos Bombeiros Voluntários, especialmente aquando da realização de determinado tipo de eventos, das Associações do Concelho e que salvo raras excepções, os Bombeiros se vêem também forçados a cobrar pela implicação que têm os seus meios naquele tipo de actividades. -----

----- Disse ainda que até que ponto não seria possível estabelecer com os Bombeiros um Acordo, de forma a que também ali pudessem ficar contempladas algumas daquelas intervenções. Estava a falar de variadíssimas iniciativas, que eram levadas a cabo no Concelho em frentes muito diversas, que implicavam por exemplo, a presença de uma ambulância, enfim dos Bombeiros naquelas iniciativas e que quando contabilizadas a sério, tinham também um peso substancial não só para os Bombeiros se as oferecerem, como também para as Associações ou outras entidades, que delas usufruem. -----

----- Não sabia até que ponto aquilo seria possível no futuro, vir a ser considerado de forma a que também por via dos Bombeiros, se pudesse estabelecer um apoio mais elevado ao associativismo concelhio. -----

----- Por outro lado, queria realçar, obviamente, a necessidade de que os Bombeiros para além daquilo que faziam, pudessem estabelecer uma relação mais estreita com o tecido associativo em geral, nomeadamente escolas, instituições, etc. para que aquela política de segurança não se encerrasse naquilo que era evidente, apenas por exemplo ou nos Bombeiros ou na Cruz Vermelha, mas perceber que em alturas de crise e de catástrofe também outras instituições, têm um papel de retaguarda muito importante que se implicavam naqueles processos. -----

----- Tomou de novo a palavra o Presidente da Câmara para dizer que, concordava plenamente com o que acabava de ser dito e aproveitava para fazer um alerta ao Vereador da área da Acção Social, que lhe parecia que deveria ser equacionado na sede do GISC, uma outra circunstância que a própria Direcção dos Bombeiros se confronta e que pensava que também haveria de haver uma atitude de solidariedade com outras instituições e com a própria acção da Câmara. -----

----- Muitas vezes e não iria equacionar se era prioritário ou não, embora tivesse a sua ideia sobre aquela matéria, os serviços prestados por aquela instituição, nomeadamente

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

nos transportes de saúde e outros, não eram depois devidamente compensados ou retribuídos por parte de quem os utiliza porque muitas daquelas pessoas, nem sequer têm rendimentos, ou são parques, no sentido de depois poder repor à Instituição que teve gastos de combustível, de pessoal, etc. o valor que lhe era inerente. -----

----- Achava que deveria ser criada em termos do GISC, desde que devidamente confirmada, a precaridade do rendimento desses utentes, um equilíbrio que pudesse ser compensatório, de um fundo de maneio, que a própria instituição viria a beneficiar e que poderia de uma certa forma em caso de urgência, ou de extrema necessidade, aliviar o peso deficitário, que muitas vezes depois acarreta na gestão dentro da própria instituição.---

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **6- SUBSTITUIÇÃO DOS DEPÓSITOS DE REFORÇO DE CAUÇÃO POR SEGUROS CAUÇÃO A PEDIDO DA FIRMA MONTE & ----- MONTE. -----**

----- Foi presente uma informação dos Serviços a informar que a firma Monte & Monte S.A. vem solicitar a substituição dos depósitos de reforço de caução da empreitada de construção da pista de remo, pelo apólice de seguro caução número 813852/03/2211 da Companhia de Seguros COSEC, S.A. no valor de trinta e nove mil novecentos e quarenta e nove euros e setenta e quatro centimos (seis milhões seiscentos e cinco mil oitocentos e vinte e nove escudos). -----

----- Informa-se ainda que nos termos do número quatro do artigo duzentos e onze, do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, o desconto pode ser substituído por seguro caução. -----

----- Os serviços informam ainda que, da análise efectuada à apólice supra mencionada, a mesma só poderá ser cancelada pelo segurado após o cumprimento das obrigações contratuais e que a falta do pagamento do prémio de seguro, não prejudica nenhum dos direitos do segurado. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a substituição dos depósitos de reforço de caução, pela apólice de seguro caução número 813852/03/2211 da Companhia de Seguros COSEC, S.A. no valor de trinta e dois mil novecentos e quarenta e nove euros e setenta e quatro centimos (seis milhões seiscentos e cinco mil oitocentos e vinte e nove escudos).-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

7- ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES Nº 1

----- Foi presente a sexta proposta de Alteração ao Plano de Actividades, no valor de um milhão quinhentos e setenta mil euros (documento anexo à presente acta sob o número cinco).

----- O Presidente da Câmara informou que, os Vereadores tinham conhecimento de toda a tramitação da Pista de Remo, que tinha apresentado nas reuniões anteriores, tendo-se esquecido de pormenorizar, que os cem mil contos de disponibilidade, da Secretaria de Estado do Turismo poderão decorrer ainda dois ou três meses, porque o PIQTUR iria ser regulamentado. De acordo com uma reunião que tinha tido com os serviços e com a pessoa responsável pela fiscalização da obra, no momento estava à vontade para dizer que, para que a primeira fase esteja completa e possa permitir a Coupe de La Jeunesse no dia três de Agosto de dois mil e dois, a qual terá uma ou duas provas anteriores, estava-se a falar no momento de um milhão e cinquenta mil contos de investimento.-----

----- Significava por outras palavras, que se já se ia em quatrocentos e dezanove mil contos mais os quatrocentos mil contos do empréstimo, faltava grosso, modo duzentos e cinquenta mil contos.-----

----- Aliás, tinha sido peremptório em dizer aquilo ao Secretário de Estado do Turismo que, no momento continuava com o cutelo na mão, à espera que alguém desse os duzentos e cinquenta mil contos, para estarem à vontade naquela matéria, para responder no próximo dia dezassete de Fevereiro, ao Comité da prova que visitará Montemor, onde virá verificar as circunstâncias da evolução da infra-estrutura e ter uma reunião de trabalho, onde esperava nessa altura estar mais elucidado sobre as circunstâncias em que a prova irá decorrer. Mais disse que, na reunião que tinha tido com a Federação Portuguesa de Remo, na semana anterior, a mesma poderá acarretar uma despesa à Câmara, em termos de organização, que poderá rondar os vinte e cinco a trinta mil contos.-----

----- Mantinha a posição inequívoca de lutar até ao fim, sem por em causa o equilíbrio financeiro e o objectivo prioritário do executivo naquela matéria. -----

----- Em relação a todas as alterações e ao desenvolvimento que a obra estava a ter, independentemente de concretizarem tudo ou não, achava que não se deveria parar. Deveriam continuar optimistas e lutar até ao fim naquele objectivo.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a referida alteração. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

8- ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO Nº 1

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- Foi presente a sexta proposta de Alteração ao Orçamento, no valor de um milhão quinhentos e setenta mil euros (documento anexo à presente acta sob o número seis). -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a referida alteração. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **9- CONTRATO-PROGRAMA ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E O - CLUBE DESPORTIVO CARAPINHEIRENSE - PRORROGAÇÃO DE ----- PRAZO. -----**

----- O Presidente da Câmara informou que, tinha sido celebrado, um Contrato-Programa entre a Câmara Municipal e o Clube Desportivo Carapinheirense, para executar o aproveitamento do espaço entre a sede e o pavilhão desportivo até trinta e um de Dezembro de dois mil e um. -----

----- Informou ainda que, após vistoria realizada à obra, pelos serviços técnicos da Câmara, os mesmos verificaram que se encontra por revestir o chão do gabinete médico e proceder à pintura do referido espaço, devendo ser prorrogado o prazo de execução do contrato-programa até trinta e um de Março do corrente ano para conclusão da obra. -----

----- Informou também que tinha visitado a obra naquela semana e tinha sido com grande surpresa, que em parte tinham verificado a inconsistência de determinados aspectos físicos da obra que não estavam completos, situações que punham em causa a própria prática desportiva nas condições consideradas razoáveis, desde balneários que tinham ralos mais altos que o resto do piso, situações de humidade. Havia um conjunto de circunstâncias que alguns deles lhe pareciam que teriam que ser forçosamente e rapidamente ultrapassados, para que se encontrasse uma estabilização funcional daquela estrutura que era importante e dentro daquele âmbito e na visita que tinha feito e a seu tempo virá ao Executivo para tomar a decisão sobre aquela matéria mas, parecia-lhe que havia ali falhas graves até no exterior, nomeadamente de segurança, de protecção e que terão que ser ultimados desde equipamento de limpeza que ali não existe, condições do próprio piso etc., tudo aquilo lhe parecia preocupante. -----

----- Contudo, já tinha feito um apelo aos serviços e aos fiscais que deveriam promover com alguma celeridade uma reunião entre o Presidente e o empreiteiro, porque era necessário estabelecer algumas regras claras, que lhe pareciam trocadas por parte do empreiteiro e que dentro do período de garantia que a obra tinha e dentro da possibilidade que havia de pegar naquilo iria-se tentar corrigir. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- Seguidamente interveio o Vereador Pedro Machado, para dizer que, era evidente que o Pavilhão tinha ainda mazelas por resolver. Aliás quem o visitar repararia que o próprio piso convidava mais à prática do Wind-surf, do que propriamente de voleibol, fut-sal, ou outra coisa. Aquele piso, no máximo dentro de um ano, estará impraticável. -----

----- Para além disso e não sendo técnico nem perito na matéria, os espaços criados para aplicação, quer das redes de voleibol, quer de outras estruturas estavam feitos com uma espécie de penso rápido, num material qualquer de piso idêntico, mas que não o que tinha sido aplicado, que se cola e descola com facilidade, mas sem estar perfeitamente enquadrado. Havia ali deficiências enormes, existiam problemas técnicos por resolver e parecia-lhe razoável que o executivo naquela fase, fizesse cumprir ainda e fizesse uma vistoria apertada às condições do próprio pavilhão, independentemente depois da gestão vir a ser feita pelo Clube Desportivo Carapinheirense, porque em relação à empreitada ainda estavam ali problemas graves por resolver. -----

----- Interveio o Vereador Emidio Fidalgo, para questionar se havia da parte dos serviços técnicos, um levantamento das anomalias existentes já no Pavilhão, no fundo aquelas que suportam a prorrogação do prazo do contrato programa?-----

----- O Vereador Pedro Machado informou que existia já elaborado um auto de vistoria e que o Executivo já tinha efectuado uma visita ao local, para acompanhar "in loco", o que se estava a passar, acompanhado dos serviços técnicos. -----

----- O Vereador Victor Camarneiro tomou a palavra para dizer que, o que se passava no Pavilhão da Carapinheira, também já tinha acontecido no de Montemor. O problema existente era um problema da Fiscalização, ou de opções. Tinham que ser realistas, pois tinham feito opções erradas, como no passado se fez em relação a outros.-----

----- Havia que ter em conta a responsabilidade do empreiteiro e como é que tinha sido concluída uma obra sem que todos aqueles aspectos tivessem sido acautelados.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade autorizar a prorrogação do prazo do contrato-programa com o Clube Desportivo Carapinheirense. -----

----- **10- CANCELAMENTO DAS GARANTIAS DA EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO PAVILHÃO DEPORTIVO DA CARAPINHEIRA.** -----

----- A Câmara deliberou por unanimidade retirar o presente ponto para posterior deliberação -----

----- **1.2.2 - SECÇÃO DE FINANÇAS LOCAIS** -----

----- **1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES --**

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE
----- JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços com a relação das decisões proferidas, no período compreendido entre dois e trinta e um de Janeiro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número sete). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----2- DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PLANEAMENTO -----

-----2.1-DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES -----

----- 1- INFORMAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 65º DA -----
----- LEI Nº 169/99 DE 18 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES -
----- INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI Nº 5-A/2002, DE 11 DE
----- JANEIRO. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços com a relação das decisões proferidas, no período compreendido entre vinte e um de Janeiro e um de Fevereiro do corrente ano (documento anexo à presente acta sob o número oito). -----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

----- 2- PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA, EM NOME DE FERNANDO

----- DE OLIVEIRA, PARA CONSTRUÇÃO DE MORADIA E
GARAGEM

----- ANEXA, NA LOCALIDADE DE VOLTA DA TOCHA E FREGUESIA
----- DE ARAZEDE. -----

----- Foi presente o processo em epígrafe, cujo pedido visa saber da possibilidade do requerente, na qualidade de promitente comprador do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo seis mil seiscentos e sessenta e três, sito no lugar de Volta da Tocha, ali proceder à construção duma moradia.-----

----- Na sequência da análise efectuada no âmbito do número um do artigo quarenta e um e do número um do artigo sessenta e oito-B do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e cinco barra noventa e um, de vinte de Novembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número duzentos e cinquenta barra noventa e quatro, de quinze de Outubro, os serviços prestaram informação de que o pedido tendia para a emissão de parecer desfavorável conforme parecer/informação número cento e sessenta e nove barra dois mil e um (documento anexo à presente acta sob o número nove). -----

----- Em face da informação prestada, foi o requerente notificado da tendência do pedido para emissão de parecer desfavorável. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- Atendendo a que o prazo concedido para alegação se encontra largamente ultrapassado, os serviços foram de entendimento que o pedido devia ser presente em reunião de Câmara para eventual deliberação em conformidade com a informação prestada. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e com base na informação dos serviços, deliberou por unanimidade emitir parecer desfavorável ao pedido de informação prévia para construção de moradia e garagem anexa, no lugar de Volta da Tocha, freguesia de Arazede, requerido por Fernando de Oliveira. -----

----- Mais deliberou por unanimidade que seja notificado o requerente, nos termos legais, da decisão da Câmara Municipal. -----

----- **3- PEDIDO DE LICENCIAMENTO, EM NOME DE MANUEL -----**
----- **FERNANDES DE OLIVEIRA, PARA ACÇÃO DE MOBILIZAÇÃO -**
----- **DE SOLO COM PLANTAÇÃO DE CASTANHEIROS, AO ABRIGO -**
----- **DO DECRETO-LEI Nº 139/89, DE 28 DE ABRIL - PRÉDIO ----**
----- **RÚSTICO: "RIBEIRA DA PONTE DA MATA" - FAÍSCAS. ÁREA: -**
----- **25,725 M². -----**

----- Foi presente o processo em epígrafe, cujo pedido visa a mobilização e florestação de solo com plantação de castanheiros, no prédio rústico, denominado Ribeira da Ponte da Mata, sito em Faíscas, numa área de vinte e cinco virgula setecentos e vinte e cinco metros quadrados. -----

----- Analisando o pedido no âmbito do número um do artigo primeiro do Decreto-Lei número cento e trinta e nove barra oitenta e nove de vinte e oito de Abril e artigo nono e décimo do Regulamento do P.D.M., os serviços foram de entendimento que o pedido pode ser deferido condicionado ao cumprimento: -----

----- -Dado que a classe do espaço onde a acção de mobilização e florestação de solo se vai inserir se encontra em reserva Ecológica Nacional, fica, por conseguinte, sujeita às normas regulamentares definidas nos artigos oitavo e nono do Regulamento do P.D.M. -----

----- Ao parecer da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, cuja cópia acompanhará a licença a emitir. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade deferir o pedido de licenciamento para acção de mobilização de solo com plantação de castanheiros, requerido por Manuel Fernandes de Oliveira, com as condicionantes apontadas na informação técnica dos serviços. -----

----- Mais deliberou por unanimidade que seja notificado o requerente, nos termos legais, da decisão da Câmara Municipal. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **4- PEDIDO DE LICENCIAMENTO APRESENTADO POR JOSÉ ----**
AUGUSTO, PARA CONSTITUIÇÃO DO PRÉDIO SITO NA RUA-
DR. JOSÉ GALVÃO, EM MONTEMOR-O-VELHO, EM REGIME
DE

----- **PROPRIEDADE HORIZONTAL - RECTIFICAÇÃO.**-----

----- Foi de novo presente o processo em epígrafe, acompanhado de um requerimento no qual é requerido a alteração da constituição do prédio em regime de propriedade horizontal, autorizada por deliberação tomada em reunião de vinte e seis de Dezembro findo, considerando assim, que onde se designa "Fracção E" deve passar a designar-se "Fracção B".-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade deferir o pedido de alteração da constituição do prédio em regime de propriedade horizontal de acordo com o atrás exposto. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- **5- PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA, EM NOME DE ANTÓNIO**
JÚLIO SOUSA MEDINA, PARA CONSTRUÇÃO DE DUAS -----
MORADIAS SITAS EM LAGOA DO TORRÃO, CARAPÊTOS E --
FREGUESIA DE ARAZEDE.-----

----- Foi presente o processo em epígrafe, cujo pedido visa saber da possibilidade do requerente poder construir uma casa de habitação unifamiliar, no prédio rústico com a área de oito mil quatrocentos e dezasseis metros quadrados, localizado no lugar de Lagoa do Torrão-Carapetos.-----

----- Na sequência da análise efectuada ao pedido, no âmbito do número um do artigo catorze do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove, de dezasseis de Dezembro com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número cento e setenta e sete barra dois mil e um, de quatro de Junho, os serviços foram de opinião que o pedido devia ser presente em reunião de Câmara para emissão de parecer favorável, com as condições e parâmetros de edificabilidade conforme informação/parecer técnico número quarenta e seis barra dois mil e dois, constante do processo e que consta como documento anexo.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade emitir parecer favorável ao pedido de informação prévia para construção de duas moradias sitas em Lagoa do Torrão, Carapêtos e Freguesia de Arazede, com as condições e parâmetros de edificabilidade apontadas pelos serviços. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- Mais deliberou por unanimidade que seja notificado o requerente, nos termos legais, da decisão da Câmara Municipal. -----

----- **6- PEDIDO DE LICENCIAMENTO DE OBRAS JÁ LEVADAS A -----**
----- **EFEITO, NUMA MORADIA, SITA NO LUGAR E FREGUESIA DE**
----- **TENTÚGAL, APRESENTADO POR CARLOS MONTEIRO MEDINA.**

----- Foi presente o processo em epígrafe, sobre o qual, após a apresentação do requerimento número mil quatrocentos e setenta e três - pedido de emissão de alvará - os serviços prestaram informação de que à data em que o requerente veio apresentar o citado requerimento, o pedido de licenciamento já se encontrava caducado, nos termos da alínea a) do número um do artigo vinte e três do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e cinco barra noventa e um, de vinte de Novembro e as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei número duzentos e cinquenta barra noventa e quatro, de quinze de Outubro. -----

----- Consequentemente, face ao exposto, os serviços propuseram o indeferimento do pedido e a restituição das taxas ao requerente. -----

----- Propuseram ainda, dado tratar-se de obras já executadas, que o requerente fosse notificado a apresentar novo pedido de licenciamento. -----

----- Nessa sequência, foi o requerente notificado nos termos do artigo cem e seguintes do C.P.A. da tendência do pedido para indeferimento, o qual no prazo concedido para alegação, veio apresentar exposição escrita. -----

----- Face à contestação apresentada, foi o processo submetido a parecer da Síndica da Câmara Municipal, ao tempo, a qual corroborou que o pedido merecia indeferimento nos termos do número quatro do artigo vinte e um do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e cinco barra noventa e um de vinte de Novembro. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e com base na informação dos serviços deliberou por unanimidade indeferir o pedido em epígrafe apresentado por Carlos Monteiro Medina.

----- Mais deliberou por unanimidade que seja notificado o requerente, nos termos legais, da decisão da Câmara Municipal. -----

----- **7- PEDIDO DE LICENCIAMENTO PARA CONSTRUÇÃO DE -----**
----- **EDIFÍCIO (MERCADO GROSSISTA), REQUERIDO POR JUNTA**
----- **DE FREGUESIA DE CARAPINHEIRA - PROCº 62/98 - PEDIDO**
----- **DE ISENÇÃO DE TAXAS.** -----

----- Foi presente o processo em epígrafe, acompanhado de um requerimento, através do qual a Junta de Freguesia de Carapinheira requer a isenção de taxas relativas à emissão do alvará de licença do processo subjudice. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- Analisada administrativamente a petição, os serviços verificaram que a mesma tem enquadramento no número três do artigo trinta e três da Lei das Finanças Locais, pelo que pode ser deferido. -----

----- Usaram da palavra os Vereadores Victor Camarneiro e Emidio Fidalgo para questionarem aos serviços, porque é que só naquela data é que a Junta de Freguesia da Carapinheira, estava a pedir isenção de taxas, dado que o processo era de mil novecentos e noventa e oito e a obra em causa já estava pronta e prestes a ser inaugurada? -----

----- Os Serviços prestaram os esclarecimentos necessários.-----

----- O Presidente da Câmara informou que já tinha feito saber aos serviços, que era de toda a lógica, que a partir do momento, não houvesse apenas e em exclusivo, o dia de segunda-feira de atendimento aos interessados e que fossem consideradas formas de abertura ao público e sobretudo aos interessados para que os projectos fossem mais devidamente acompanhados, desde o início. Para isso, já se tinha predisposto para reforçar a área das obras particulares, não só com um apoio jurídico, que era nefastamente impossível funcionar, uma área daquelas sem ter um apoio jurídico mais próximo bem como reforçar na área do apoio administrativo e possivelmente do enquadramento em parceria com o que já existia actualmente de um melhor controle para que se tentasse diminuir não só o prazo de permanência dos processos, mas sobretudo que se tenha uma forma bastante diferente, do atendimento ao munícipe e naquele caso concreto ao futuro interessado na construção e no desenvolvimento habitacional do Concelho. -----

----- Seguidamente tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro para dizer que concordava com as palavras do Presidente da Câmara e desafiava o Vereador do Pelouro das Obras Particulares para poder encetar um processo de informatização que permitisse não só a celeridade dos serviços, mas também o rigor, a entrada dos processos, enfim todo um sistema de informação mais eficaz porque se sabia que um dos aspectos que confrontava o munícipe com a Câmara Municipal, tinha a ver precisamente com a questão das obras particulares, mais até do que as obras públicas, pois em cada cidadão do concelho existia um potencial queixoso em relação aos tempos de resposta e a tudo isso. ---

----- Para além disso seria interessante atirar para longe os ventos da suspeição que muitas vezes eram atirados para cima da Câmara municipal em relação ao tratamento dos processos. Julgava que com o sistema de informatização, com a melhoria que se estava ali a falar, poder-se-ia atenuar e dar uma nova imagem a todos os serviços.-----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade deferir o pedido de isenção de taxas requerido por Junta de Freguesia da Carapinheira. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

-----3. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -----

-----3.1. – DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS -----

----- 3.1.1. – SECTOR DE ADMINISTRAÇÃO DIRECTA. -----

----- 1- CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS ----- MUNICIPAIS: (FREGUESIA DE TENTÚGAL). ----- ----- -NOMEAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO. -----

----- Na sequência da adjudicação da obra em epígrafe, foi presente uma informação dos Serviços a fim de ser dado cumprimento ao estipulado no artigo cento e setenta e oito do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, devendo a Câmara nomear os agentes de fiscalização da obra em causa, sugerindo aqueles Serviços os seguintes funcionários: -----

----- Engenheira Técnica Civil - Isabel Quinteiro -----

----- Técnico Adjunto de Construção Civil - António Quinteiro -----

----- Tomou a palavra o Presidente da Câmara para dizer que, aquele era um aspecto em se deveria fazer mais um esforço e em que havia ali uma discrepância total entre a qualidade dos serviços que se pretendia-se atingir e a disponibilidade dos recursos humanos.

----- No momento deveriam estar grosso modo mais de trinta e seis obras concursadas e já iniciadas, adstritas no máximo dos máximos a três ou quatro fiscais. Aquela situação era perfeitamente incongruente e teriam que ter ali uma atitude perfeitamente modificadora daquela matéria. Não podia exigir a dois Técnicos que sistematicamente e já tinha tido a oportunidade de ter lido outras actas anteriores, que eram designados como Fiscais de umas obras municipais quando o valor "per capita" actualmente de alguns daqueles se elevava a quase duas dezenas de obras.-----

----- Como é que era possível que se garantisse qualidade, eficiência e sobretudo responsabilidade? -----

----- Pensava que dentro da estrutura actual de Fiscalização Municipal que se tinha era necessário que aquela fosse uma aposta política do Executivo, fazer depois da auditoria financeira e funcional, uma reestruturação da casa, a crescerem e melhorarem em termos de quadro de pessoal, áreas nevrálgicas daquilo que no momento presente era e deverá ser a Autarquia do Século Vinte e Um, que concretamente apostem na qualidade daquele serviço que para si era fulcral. Um serviço que garanta uma municipalização de fiscalização isenta, idónea, adaptada e eficiente. -----

----- No momento pensava que, aquelas circunstâncias em que se vivia, sobretudo no desenvolvimento do lançamento de duas ou três dezenas de obras, de Junho do ano

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

transacto para cá, começavam a ser insustentáveis, para o nível de voluntariado, que os próprio recursos humanos, que tinha citado poderão dar face.-----

----- Não era a primeira nem a segunda vez, que durante aquela semana, tinha visitado algumas obras, tinha verificado algumas circunstâncias, tinha confrontado o Director de Departamento. Sentia claramente que tinha Engenheiros dentro da casa, que tinham que ir para a rua a andarem junto das obras, servirem de suplemento, àquilo que no momento efectivamente algumas daquelas pessoas, não podiam garantir, "de per si" e isso durante os próximos tempos, terá que ser exigido, quer ao "Soldado", quer ao "Major", quer ao "General", a mesma atitude.-----

----- Pensava que aquela exigência era a favor do munícipe, a favor da entidade e da transparência do processo municipal, que se pretende defender. Deixa bem claro aquela precaridade, e a necessidade clara porque senão, não teriam à vontade de atirar algumas críticas à funcionalidade e à adaptabilidade dos serviços se também não lhes dermos condições que no momento eram mais do que necessárias, quer dentro do âmbito da quantidade quer da formação contínua e da qualidade.-----

----- Seguidamente interveio o Vereador Fidalgo, para dizer que , tinha sido nomeada mais uma fiscalização e que as pessoas eram internamente as mesmas e com acumulação de cargos, o que à partida iria inviabilizar aquilo que o Executivo achava que era necessário nomeadamente, o Vereador era que houvesse um relatório de cada obra em que os Fiscais, no fundo, eram os responsáveis.-----

----- Por outro lado, com a existência de muitas obras e com a dificuldade que havia de se encontrar Técnicos dentro da Câmara, o Director de Departamento tem de ter legitimidade de dizer ao Executivo que era necessário Fiscalização, se não havia contratava-se, havendo assim uma conjugação de esforços e isso para salvaguardar a forma como as obras eram executadas e acabadas, a imagem da Câmara e a celeridade dos processos com o Vereador que era responsável por tudo aquilo. -----

----- Além disso as obras públicas, eram tão importantes como as obras particulares e poder-se-ia até recorrer a fiscalização particular, exigindo-se relatórios sucintos das obras em causa, para que tenha noção do desenvolvimento e derrapagens económicas que algumas das obras acabavam por dar. -----

----- O Vereador Abel Girão interveio para dizer que, tinham que se governar com o que existia na Câmara. A contratação de fiscais de obras não se fazia de um dia para o outro. Os Técnicos têm-se esforçado por manter uma presença permanente nas obras principalmente nas que mereciam mais atenção. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- Só a estrada trezentos e trinta e cinco, entre Arazede e Carapinheira, exigia a permanência quase diária de dois Técnicos, que estavam designados para lá. Ia-se de facto às obras mais urgentes. -----

----- Todas as alterações feitas às obras eram tratadas em reuniões efectuadas entre si, o Director de Departamento e os Técnicos, não havendo por parte da Fiscalização, qualquer ultrapassagem aos restantes responsáveis. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade nomear os agentes de fiscalização atrás mencionados para a obra em causa. -----

----- 2- CENTRO HISTÓRICO DE TENTÚGAL - RECUPERAÇÃO DO ----- ----- LARGO DA CHIEIRA E RELVEIRO (INFRAESTRUTURAS ----- ----- ELÉCTRICAS). ----- ----- -PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO. -----

----- Foi presente um pedido de prorrogação de prazo, pelo adjudicatário da obra em epígrafe, acompanhado de uma informação dos Serviços que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dez. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- Um - Conceder a título gracioso a prorrogação de prazo de execução da obra em causa, com início a vinte e um de Novembro de dois mil e um e terminus a quinze de Fevereiro do corrente ano. -----

----- Dois - Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 3.1.2. - SECTOR DE VIATURAS E EQUIPAMENTO. -----

----- 3.1.3. - SECTOR DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA. -----

----- 3.1.4- SECTOR DE SANEAMENTO BÁSICO. -----

----- 1- REDE DE ESGOTOS DE TENTÚGAL - FASE A (REDES) + FASE ----- B (ETAR).----- ----- -REVISÃO DE PREÇOS. -----

----- Foi presente a revisão de preços, relativa à obra em epígrafe, acompanhada de uma informação dos Serviços, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número onze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a revisão de preços da empreitada no total de dezanove mil quinhentos e quarenta e quatro euros e quarenta e três cêntimos (três milhões novecentos e dezoito mil trezentos e seis escudos) acrescido de IVA à taxa legal. -----

----- 2- INTERRUPÇÃO NO ABASTECIMENTO DOMICILIÁRIO DE ----- ----- ÁGUA À VILA DE MONTEMOR-O-VELHO. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- Foi presente uma informação dos Serviços, sobre a interrupção no abastecimento público de água à Vila de Montemor-o-Velho, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número doze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade que fossem avisados todos os consumidores de água da Vila de Montemor-o-Velho e lugar de Casal Novo do Rio, que, por motivo de obras de conservação e restabelecimento da ligação da conduta distribuidora de água de abastecimento público, no próximo dia nove de Fevereiro do corrente ano, será interrompido temporariamente o abastecimento público de água à população entre as dez e as dezanove horas.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

-----3- REDE DE ESGOTOS DE SANTO VARÃO E FORMOSSELHA -

----- FASE A (REDES) - PARTE.-----

-----RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS. -----

----- Na sequência do deliberado em reunião de Câmara extraordinária de vinte e um de Janeiro do corrente ano, foi presente o relatório de análise das propostas da obra em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número treze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Ser sua intenção adjudicar a empreitada da obra acima indicada ao concorrente Ernesto Alves Pinto & Companhia, Limitada, pelo montante de quatrocentos e treze mil cento e setenta e quatro euros e oitenta e nove cêntimos (oitenta e dois milhões oitocentos e trinta e quatro mil cento e vinte e oito escudos). -----

----- Dois – Que seja feita a audiência prévia nos termos do artigo cento e um do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

-----4- REDE DE ESGOTOS DE ARAZEDE - FASE A (REDES) - -----

----- CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO ELEVATÓRIA (CONSTRUÇÃO --- CIVIL).-----

-----RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS. -----

----- Na sequência da deliberação tomada em reunião de Câmara de vinte e seis de Dezembro ano de dois mil e um, foi presente o relatório de análise das propostas apresentadas ao concurso em epígrafe, elaborado pela respectiva Comissão de Análise, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número catorze. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Adjudicar a empreitada da obra em epígrafe à firma José Marques Grácio, Limitada, pelo montante de quarenta e dois mil novecentos e setenta euros e quinze

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

cêntimos (oito milhões seiscentos e quinze mil quatrocentos e vinte e sete escudos) acrescido do IVA à taxa legal.-----

----- Dois – Dispensar a audiência escrita nos termos da alínea a) do número um do artigo cento e três do Código de Procedimento Administrativo.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

-----4. DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL -----

-----4.1. DIVISÃO DE CULTURA E TURISMO -----

----- 1- PROGRAMA DIFUSÃO DAS ARTES DO -----
 ----- ESPECTÁCULO/MINISTÉRIO DA CULTURA - CANDIDATURA-
 ----- 2002 - APRESENTAÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO A ---
 ----- CELEBRAR ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-
 ----- VELHO E O INSTITUTO PORTUGUÊS DAS ARTES DO -----
 ----- ESPECTÁCULO/MINISTÉRIO DA CULTURA. -----

----- O Vereador do Pelouro informou que: Ao *Programa Difusão das Artes do Espectáculo* correspondem programações semestrais definidas pelas Autarquias a partir de bolsas de espectáculos identificadas pelo Instituto Português das Artes do Espectáculo/ Ministério da Cultura, com base em propostas de agentes culturais profissionais existentes no mercado nos vários domínios das artes do espectáculo. Através da aprovação de uma candidatura feita à Linha de Programação *"Itinerários Culturais"*, a Câmara Municipal beneficia de espectáculos comparticipados monetariamente pelo I.P.A.E. no ano de dois mil e dois, cuja realização desenrolar-se-á em associações concelhias. Tendo sido aprovada a Candidatura da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho dois mil e dois à Linha de Programação Itinerários Culturais, do Programa de Difusão das Artes do Espectáculo do Instituto Português das Artes do Espectáculo/Ministério da Cultura, será necessária a aprovação do Acordo de Colaboração a ser assinado entre as duas partes, no qual constam as suas atribuições e responsabilidades (documento anexo à presente acta sob o número quinze).-----

----- Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro, para tecer um comentário: Tinha conhecimento, que não tinham sido feitas reuniões com as Associações e sugeria que fosse feita uma consulta às mesmas, até como forma de sugestão, porque haveria eventos, momentos e espaços de mobilização. As próprias Associações conseguiam mobilizar adultos, crianças, onde poderiam ser enquadrados aqueles espectáculos, em vez de, como acontece e tem acontecido muitas vezes, serem levado a cabo espectáculos onde não tem havido público, que são autênticos velórios.-----

----- Era no entanto, importante evitar espectáculos descontextualizados, sem capacidade de mobilizar o público porque não havia nada pior que era vir uma

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

Companhia de espectáculos magníficos e não haver ninguém para ver. Isso tinha a ver muitas vezes com algum desfasamento na programação. Por isso, as Associações têm momentos em que conseguem mobilizar pessoas e outros em que não estão tão mobilizadas e se aquele programa apresentado pudesse coincidir com alguns eventos, aniversários, festas ou iniciativas, poderia ser uma forma também, de a Câmara apoiar directamente ou indirectamente, iniciativas e Associações. -----

----- Seguidamente interveio o Vereador Pedro Machado para dizer que, registava e agradecia as palavras proferidas pelo Vereador Victor Camarneiro e que, tinha agendado para breve reuniões não só com grupos de teatro e filarmónicas mas também com as Associações, no seu conjunto, contava rapidamente agendar reuniões com elas. Era compreensível que, tinham tomado posse à relativamente pouco tempo, o "barco" era grande e dentro das possibilidades têm tentado responder de uma forma célere a todas as solicitações e com empenhamento pessoal. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Acordo de Colaboração a celebrar entre a Câmara Municipal de Montemor-o-Velho e o Instituto Português das Artes do Espectáculo/Ministério da Cultura. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

----- 2- BIBLIOTECA MUNICIPAL - RECUPERAÇÃO DO EDIFÍCIO ----

----- (SOLAR DOS ALARCÕES). -----

----- -INFORMAÇÃO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DA D.O.S.U. -----

----- Na sequência do deliberado em reunião de Câmara extraordinária de vinte e um de Janeiro do corrente ano, foi presente uma informação do Director de Departamento do D.O.S.U., sobre o concurso em epígrafe, que ficou como documento anexo à presente acta sob o número dezasseis. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade o seguinte:-----

----- Um – Anular o concurso em epígrafe, com base na alínea b) do número um do artigo cento e sete do Decreto-Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, uma vez que a única proposta admitida ao concurso, oferecia um preço total consideravelmente superior ao preço base do referido concurso. -----

----- Dois – Abrir novo concurso público, sem qualquer alteração ao preço base.-----

----- Três – Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos imediatos.-----

----- 3- INICIATIVA MONTEMOR VILA CULTURAL -----

-----O presente ponto foi introduzido na Ordem do Dia. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- Foi presente uma informação dos serviços a informar que a presente candidatura ao Programa Operacional Regional de Cultura, ao Eixo Prioritário Um – Valorizar o património histórico e cultural, Medida Um ponto um - Recuperação e animação de sítios históricos e culturais, Ponto três – Acontecimentos Culturais Ligados à Valorização e Animação do Património, é promovida pela Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, para o financiamento da Iniciativa Montemor Vila Cultural, a decorrer nos meses de Março a Novembro de dois mil e dois. Esta candidatura pretende proporcionar o apoio à iniciativa, de modo a possibilitar a realização de actividades que promovam o desenvolvimento cultural e social na área do município, nomeadamente nos Centros Históricos das Vilas de Montemor-o-Velho e de Tentúgal, que contam com vários conjuntos patrimoniais classificados. A iniciativa agora apresentada tem como pano de fundo os históricos Centros Históricos das Vilas de Montemor-o-Velho e de Tentúgal onde se instalará uma estrutura de produção capaz de receber uma programação artística, literária e museológica variada de grande qualidade e ao nível musical, se organizem recintos para receber condignamente entre três mil a três mil e quinhentos espectadores, prevendo entre mil a mil e duzentos lugares sentados. Desta forma dá-se continuidade a uma política de desenvolvimento cultural e artístico, promovendo e valorizando as potencialidades endógenas e dinamizando cultural e turisticamente o concelho e consequentemente a região.-----

----- Tomou a palavra o Vereador Victor Camarneiro para dizer que, segundo a perspectiva do Vereador Pedro Machado, uma forma de gerir bem, era quando se iria buscar dinheiro a algum lado e com participações elevadas, salvo seja, mas a questão era que, nunca se discutia conteúdos, discutia-se sempre a forma de se candidatarem a isto ou aquilo, mas conteúdos não eram discutidos. Era importante que dali para o futuro se discutissem conteúdos, não era dizer: vamos valorizar o Património. Mas que Património? O que é que se iria fazer? -----

----- Era muito difícil entende-se algo sem se decidir os conteúdos e gostava mais de os discutir do que discutir uma ideia. -----

----- Aquela ideia era boa, merecia o seu apoio, mas com as reticências naturais de não saber o que é que iria ser feito. Quando ouvia falar em Gastronomia até se assustava com aquela palavra. Como se dizia, o passado nem sempre era feito de coisas boas, nem de coisas más, mas ao falar-se de Gastronomia, ouvia-se falar de uma dezena ou centena de estranhos que vinham comer à conta do orçamento, as lampreias do costume, etc. -----

----- Só se ouve depois falar em dezenas de milhares de contos para aquilo e sinceramente não estava disposto a apoiar iniciativas daquela natureza. Se se quisesse falar

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

em Gastronomia entrega-se aos agentes da Gastronomia, as iniciativas e apoiam-se nessa função. -----

----- Seguidamente interveio o Vereador Pedro Machado para, com base no documento apresentado, dar explicação do conteúdo solicitado pelo Vereador Victor Camarneiro. -----

----- Mais informou que, em relação à Gastronomia também referida pelo Vereador Victor Camarneiro, pretendia fazer as comemorações do quatrocentos e oitenta e cinco anos do Foral Manuelino de Montemor-o-Velho e uma das ideias surgidas seria por exemplo uma ceia renascentista, não no espírito de convidar uma pseudo-elite que até ali se tinha vindo a fazer, concordando com as discordâncias do Vereador Victor Camarneiro, mas no sentido de provavelmente fazer uma divulgação tão aprofundada quanto possível de fazerem o alargamento a todas as pessoas do Concelho em primeira instância, mas será um dos aspectos de renovar a própria gastronomia articulando de alguma forma com uma acção, evento cultural naquele caso de reconhecido valor histórico. -----

----- Seguidamente interveio o Presidente da Câmara para dizer que, uma das preocupações era que se deveria ter presente, quer se queira quer não, no Concelho existia duas velocidades em termos de Cultura. Tem-se uma cultura mais popular, mais associativa que tem que ser incrementada, apoiada, divulgada, valorizada e tem-se outra cultura ,que independentemente de alguns chamarem elitista era uma imagem de marca.

----- E, nesse âmbito não se poderia prescindir dela para captar um binómio que futuramente se terá que assumir que era um Turismo de Cultura e claramente de novidade.

----- Estava-se a recuperar Centros Históricos, a apostar em determinado nível de animação que nalguns casos podia não ter a empatia com o próprio munícipe ou localidade, mas com quem se quer atrair, com que se quer possibilitar que surjam a jusante situações de desenvolvimento no Sector Terciário, na área de serviços, hotelaria, da restauração etc. Havia ali uma simbiose entre dois vectores, que terá que ser equilibrada. Um deles claramente e inquestionavelmente prioritário, era o associativismo local, mas o outro tem que ser um emblema, que no momento cada vez mais vinha definido e decorado que não poderiam perder. -----

----- Era todas as críticas que esperava que, sobretudo a nível daquele órgão fossem feitas, no sentido de se delinear, que o percurso, apesar de não ser tão paralelo quanto se quisesse não crie convulsões e que se desfaça aquelas duas clientelas globais. -----

----- Finalmente queria ainda dizer que achava que se deverá alargar aquelas iniciativas a um contexto de um calendário anual que, não se centralize pura e simplesmente, ou nas Festas Concelhias, ou na animação de Julho e Agosto. Aquela era outra das circunstâncias

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

que teria que resguardar, que no fundo devem tirar proveito de umas imediações de uma população académica, que se calhar estava muito atenta em determinado tipo de iniciativas e não se tem sabido jogar outros aspectos relacionados com situações de envolvência urbanística de cidades, que lhes poderão vir a usar como complemento daquilo, que ao fim daqueles anos, todos elas não tinham, como era o caso de Coimbra e da Figueira da Foz.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a candidatura em epígrafe. -----

----- 4.2. DIVISÃO DE DESPORTO-----

----- 4.3. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE-----

----- 1- PEDIDO DE COMPARTICIPAÇÃO DE CEM POR CENTO DO----- ----- CUSTO DE TRANSPORTE ESCOLAR DE LUIS FILIPE MENDES ----- GONÇALVES. -----

----- Foi presente uma informação da Técnica de Serviço Social a informar que, relativamente a pedidos de Transporte escolar em condições semelhantes o procedimento adoptado, foi de conceder a comparticipação de cem por cento.-----

----- Constata-se que a família do aluno vive com dificuldades conforme consta na informação anexa. -----

----- Dada a situação exposta o Vereador do Pelouro propôs que fosse concedida a comparticipação de cem por cento no custo de transporte escolar de Luis Filipe Mendes Gonçalves.-----

----- A Câmara tomou conhecimento deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Vereador Pedro Machado. -----

----- 2- ACORDO DE COLABORAÇÃO PARA RECONSTRUÇÃO DE UM - ----- FOGO DE HERMINIO TAVARES DA SILVA. -----

----- Foi presente uma informação da Técnica de Serviços Social a informar que o Instituto Nacional de Habitação (INH), propôs para aprovação o Acordo de Colaboração anexo ao respectivo processo com vista à reconstrução da habitação de Herminio Tavares da Silva, residente em Formoselha.-----

----- A participação do Município, consta descrita na cláusula Quinta do Acordo. -----

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar o Acordo de Colaboração mencionado em epígrafe. -----

----- INTERVENÇÃO AO PÚBLICO -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- Foi aberto o período de intervenção ao público, nos termos do número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro.-----

----- Esteve presente o munícipe Agostinho Pedro, proprietário do Parque Europaradise a expor a situação em que se encontrava o problema daquele Parque, nomeadamente a sua aprovação por parte da Câmara Municipal a falta de apoio em termos de subsídios e falta de iniciativas para atracção de turismo.-----

----- A Câmara tomou conhecimento. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, pelas dezanove horas e vinte minutos, foi pelo Presidente da Câmara, encerrada a reunião da qual para constar se elaborou a presente acta, sob a responsabilidade da Directora de Departamento de Administração Geral, que vai ser assinada nos termos da Lei na reunião seguinte.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Luis Manuel Barbosa Marques Leal, Dr.

A DIRECTORA DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL,

Maria Celeste Caldas Pires Pereira Leite Castela, Dr^a.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- 1.2 - DIVISÃO FINANCEIRA -----

----- 1.2.1 - SECÇÃO CONTABILIDADE, ECONOMATO, PATRIMÓNIO E TESOURARIA.-----

----- 5- ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AOS BOMBEIROS -----

----- VOLUNTÁRIOS DE MONTEMOR-O-VELHO. -----

----- O Presidente da Câmara informou que, tinha tido a oportunidade de efectuar uma reunião com a Direcção dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, tendo manifestado a preocupação de encetar no presente executivo, uma aproximação clara à Associação Humanitária, no sentido de cada vez mais em conjunto, operacionalizarem aquela força, que, tal como tinha sido ali registado no passado Domingo, era uma força prioritária da Protecção Civil, para dar condições e segurança, para que possam ter em parceria, com aquilo que actualmente era um elemento fundamental, que era a segurança de bens e de pessoas numa sociedade moderna, para que tenham a garantia de que a funcionalidade e operacionalidade daquela estrutura, era algo clara e que não deixava ninguém preocupado. -----

----- Era evidente que, a Associação estava e tinha vindo a ser apoiada, através de um Contrato-Programa que terminou no dia trinta e um de Dezembro findo, em que lhes era dado um apoio financeiro, na ordem dos mil e quinhentos contos. -----

----- Por outro lado, foi discutido dentro da perspectiva daquela operacionalização e dentro daquele âmbito, estando já marcado para o dia seis de Fevereiro, uma reunião com o Secretário de Estado da Administração interna, Dr. Carlos Zorrinho, uma reunião em Lisboa, onde Câmara e Bombeiros, irão apresentar ao Secretário de Estado, um conjunto de preocupações, algumas delas também, herdadas do passado, sobretudo para a conclusão efectiva dos investimentos que decorreram ainda das enchentes de Janeiro do ano transacto e que tinham levado à apresentação de candidaturas de trabalhos de natureza simples e que até ao momento tiveram toda a comparticipação praticamente resolvida por parte do Estado e que no momento ainda comportavam algumas dificuldades para o qual a própria Associação se estava a debater e que se elevavam a cerca de seis mil contos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

----- Fundamentalmente aquela reunião, irá também ser alvo da apresentação de uma candidatura a um Grupo de Intervenção Prioritário, dentro da estrutura dos Bombeiros em Montemor e poderá vir a garantir vinte e quatro, sobre vinte e quatro horas, uma disponibilidade efectiva, de um grupo operacional que dará sobretudo, ao responsável da Protecção civil, alguma salvaguarda e ao mesmo tempo algum crédito, que já tinha sobre aquela Instituição e que será devidamente reforçado. Dizia que todo aquele conjunto de preocupações, também lhe tinham trazido outra a acrescentar aquelas que tinha acabado de elucidar e que se prendia com o seguinte: actualmente aquela instituição não era composta só com as três secções que vigoravam em Montemor, tinha também uma Quarta secção, destacada em Arazede que tem sido de uma certa maneira, uma enteada dentro de todo aquele processo. Tem sobre a sua jurisdição um espaço geográfico, que só por ele, quase que merecia em comparação com outras estruturas geográficas do distrito, o espaço de um Concelho e que merece sem dúvida ser olhada.-----

----- Aquilo tudo para dizer que, propunha a atribuição, com efeitos imediatos a partir de Janeiro do corrente ano e até regularizarem toda aquela situação num conjunto de um acordo, que resultará daquelas reuniões que irá ter, quer com o Secretário de Estado, quer depois ultimando, com a própria Direcção dos Bombeiros, uma actualização do subsídio dado até aquele momento de mil e quinhentos contos. Fazia uma proposta global de actualizar aquele montante a uma taxa de cinco por cento ao ano, nos dois anos que não foi atribuído e ser complementado com um apoio suplementar de mais trezentos e cinquenta mil escudos, dizendo respeito prioritariamente à Quarta secção em Arazede.-----

----- O que em sumula propunha, era a atribuição de um subsídio mensal de dois mil contos. Pensava que aquela estrutura e aquele valor, desde que devidamente participado em parceria com a candidatura que iriam apresentar na Secretaria de Estado da Administração Interna, ia garantir sem sombra de dúvidas, condições de disponibilidade de recursos humanos e de operacionalidade, que ainda ficarão e nisso falava com algum conhecimento porque já tinha estado na Direcção daquela casa, ainda aquém, de alguns equipamentos que julgava, que em parceria com o Serviço Nacional de Bombeiros e com outras instituições, a própria Associação de Montemor, deverá pautar-se por vir a obter, deixando contudo também ali uma ressalva. Se for possível em termos anuais, em fins de gestão de cada ano, que deviam consubstanciar, para além da operacionalidade que efectivamente iriam testar ao longo dos meses que se seguiriam. Julgava que haveria todo o interesse, em que a Autarquia, pontualmente, pudesse se as suas disponibilidades financeiras o possibilitarem vir a evidenciar, com a participação na

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

aquisição ou na oferta, de determinado tipo de equipamento que consideravam imprescindível. Lembrava o que no Domingo passado ali tinha dito, que tinham um conjunto de oferta do ponto de vista negativo, situações fragilizadas e perigosas no Concelho, que passavam por unidades fabris delicadas, centros históricos perigosos, estabelecimentos escolares, muitas vezes não inspeccionados, edifícios públicos degradados e antigos, zonas de confluências de vias de auto-estradas e IP com municipais, vias fluviais sem ancoradouros, sem gestão, havia ali todo um conjunto de preocupação, que não ganhavam nada em "meter a cabeça na areia". -----

----- Independentemente disso, a situação vigente actualmente no Município, não era de desafogo financeiro. A própria estrutura da Associação, tinha consciência disso e portanto teria que ver que era um grande esforço que se iria fazer, passando dos dezoito para vinte e quatro mil contos, com que iriam comparticipar a funcionalidade daquela Instituição. -----

----- Em sumula, propunha a atribuição de dois mil contos por mês à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho. -----

----- Seguidamente interveio o Vereador Victor Camarneiro para dizer que, primeiro, queria manifestar o seu apoio, em relação àquela medida. Em segundo lugar, deixava o desafio para que a Câmara pudesse avaliar algumas das colaborações que eram normalmente "exigidas" aos Bombeiros Voluntários, especialmente aquando da realização de determinado tipo de eventos, das Associações do Concelho e que salvo raras excepções, os Bombeiros se vêem também forçados a cobrar pela implicação que têm os seus meios naquele tipo de actividades. -----

----- Disse ainda que até que ponto não seria possível estabelecer com os Bombeiros um Acordo, de forma a que também ali pudessem ficar contempladas algumas daquelas intervenções. Estava a falar de variadíssimas iniciativas, que eram levadas a cabo no Concelho em frentes muito diversas, que implicavam por exemplo, a presença de uma ambulância, enfim dos Bombeiros naquelas iniciativas e que quando contabilizadas a sério, tinham também um peso substancial não só para os Bombeiros se as oferecerem, como também para as Associações ou outras entidades, que delas usufruem. -----

----- Não sabia até que ponto aquilo seria possível no futuro, vir a ser considerado de forma a que também por via dos Bombeiros, se pudesse estabelecer um apoio mais elevado ao associativismo concelhio. -----

----- Por outro lado, queria realçar, obviamente, a necessidade de que os Bombeiros para além daquilo que faziam, pudessem estabelecer uma relação mais estreita com o tecido

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01

associativo em geral, nomeadamente escolas, instituições, etc. para que aquela política de segurança não se encerrasse naquilo que era evidente, apenas por exemplo ou nos Bombeiros ou na Cruz Vermelha, mas perceber que em alturas de crise e de catástrofe também outras instituições, têm um papel de retaguarda muito importante que se implicavam naqueles processos. -----

----- Tomou de novo a palavra o Presidente da Câmara para dizer que, concordava plenamente com o que acabava de ser dito e aproveitava para fazer um alerta ao Vereador da área da Acção Social, que lhe parecia que deveria ser equacionado na sede do GISC, uma outra circunstância que a própria Direcção dos Bombeiros se confronta e que pensava que também haveria de haver uma atitude de solidariedade com outras instituições e com a própria acção da Câmara.-----

----- Muitas vezes e não iria equacionar se era prioritário ou não, embora tivesse a sua ideia sobre aquela matéria, os serviços prestados por aquela instituição, nomeadamente nos transportes de saúde e outros, não eram depois devidamente compensados ou retribuídos por parte de quem os utiliza porque muitas daquelas pessoas, nem sequer têm rendimentos, ou são parques, no sentido de depois poder repor à Instituição que teve gastos de combustível, de pessoal, etc. o valor que lhe era inerente. -----

----- Achava que deveria ser criada em termos do GISC, desde que devidamente confirmada, a precaridade do rendimento desses utentes, um equilíbrio que pudesse ser compensatório, de um fundo de maneoio, que a própria instituição viria a beneficiar e que poderia de uma certa forma em caso de urgência, ou de extrema necessidade, aliviar o peso deficitário, que muitas vezes depois acarreta na gestão dentro da própria instituição.---

----- A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Presidente da Câmara. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para efeitos imediatos. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Reunião ordinária de 2002 de Fevereiro de 01